

SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: TAREFA FAMILIAR?

Jerusa Vieira Gomes

Professora da Faculdade de Educação da USP

RESUMO

O artigo põe em questão a socialização primária enquanto tarefa historicamente atribuída à família e, em particular, à mulher. Fundamentando-se, teoricamente, em Berger e Luckmann, analisa o processo socializador e aponta alguns dos problemas críticos em camadas populares urbanas, relacionados à mediação parental.

SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA — FAMÍLIA — POPULAÇÃO URBANA

ABSTRACT

PRIMARY SOCIALIZING: A FAMILY TASK? The article questions primary socializing as a task historically assigned to the family and, particularly, to the woman. Theorywise, it is based on Berger and Luckman and analyzes the socializing process and points to some of the critical problems — related to parental mediation — among the less advantaged urban population.

Para a maior parte de nossos contemporâneos, socializar a criança é a tarefa primordial da família. Verdade apenas parcial. Nem se aplica a todos os períodos históricos, nem a todas as sociedades, sequer a todas as camadas sociais (Ariès, 1978; Stone, 1976). No presente, quer a família quer a socialização têm assumindo contornos que desafiam esquemas tradicionais de análise e nos obrigam a aprofundar a pesquisa e a reflexão¹. É este o sentido deste artigo, ao pôr em debate aspectos críticos da socialização primária, especialmente em famílias de camada popular urbana, na sociedade brasileira contemporânea. Para chegar a bom termo, esta análise exige algumas considerações prévias acerca da família, do conceito de socialização assumido e, finalmente, dos termos em que é proposta a socialização primária.

Escrevo o artigo em meio às comemorações do Ano Internacional da Família, que colocou em debate, dentre várias outras, a questão socializadora. Debata-la quando os cenários internacional e nacional se fazem tão difíceis e sombrios é, sem dúvida, um empreendimento de risco.

Por ocasião da abertura da II Conferência Ibero-americana sobre a Família, em janeiro deste ano, em Valparaíso, uma autoridade religiosa chilena conseguiu deixar perplexa grande parte da audiência, ao dizer: os cientistas podem discutir a família, mas eles não podem negar a condição natural dela. E, a partir disso, fez a apologia da família, da indissolubilidade do casamento e das responsabilidades familiares, ressaltando a educação dos filhos, na perspectiva católica, atribuindo-lhes um caráter universal e sagrado. Evidentemente, ele estava em seu papel de prelado, era coerente sua fala. Difícil era distinguir, ao final, o aplauso cortesia do aplauso concordância.

Esse episódio reforçou minha guarda e, desde então, tenho procurado esclarecer ainda melhor os termos em que penso a família e a tarefa socializadora a ela atribuída.

FAMÍLIA E SOCIALIZAÇÃO

A família é aqui entendida, de acordo com a moderna historiografia, como uma instituição social básica, histórica, que se transforma sincrônica e diacronicamente. Assim, *a priori*, está descartada a idéia de um modelo, de um padrão único de organização familiar². Nessa medida, seria mais apropriado falar-se em famílias, e não família³.

Ditas as coisas desse jeito, elas parecem elementares, óbvias. Porém, não basta apenas aceitar uma premissa. Importa considerar, além de sua veracidade, sua adequação a uma realidade particular. No caso presente, estamos, em tese, diante de uma premissa válida, assumida por cientistas de nacionalidades várias. No que se refere aos de origem ibérica, em especial aos latino-americanos, este talvez tenha sido, na Conferência de Valparaíso, o resultado mais

valioso: o reconhecimento da coexistência de diversos modelos de organização familiar, no contexto de cada um dos países de origem ibérica dela participantes. Ou seja, da diversidade, ou melhor, pluralidade de modalidades de organização doméstica. No Brasil, país continental e demasiado heterogêneo, tal premissa é, penso, condição *sine qua non* de toda análise que se faça da família. Acostumamo-nos às diferenças apontadas entre os meios rural e urbano; as vilas semi-rurais e as cidades, pequenas, médias e grandes. Porém, há muito mais, ainda, a considerar; elas não dão conta da enorme diversidade que nos caracteriza como sociedade. Não é necessário muito esforço para o observador atento perceber isso, basta olhar a realidade circundante.

O viajante, mesmo turista, ao penetrar nos meandros dos rios e dos igarapés, característicos da Amazônia brasileira, freqüentemente fica intrigado com as condições de vida das populações ribeirinhas, uma espécie quase anfíbia. Homens e mulheres, velhos, adultos e crianças, parecem viver, grande parte do dia, com metade do corpo imerso n'água. A água, não a terra, é o elemento dominante e, nesse sentido, o *habitat* natural. Descendo de lá para o Nordeste, encontra-se o sertanejo, desde a infância habituado à secura do ar e da terra, à ausência de água por períodos bastante prolongados, tornando-se, ele mesmo, internamente seco, como o retratou muito bem Graciliano Ramos — ele, talvez, um dos melhores exemplos. Teríamos muito mais ainda a comparar: o litoral, as serras, os vales e os cerrados; os caiçaras, caipiras, enfim, todas as populações rurais e urbanas habitantes do vasto território nacional. Nesse quadro, falar genericamente de família e de socialização seria, no mínimo, insensatez.

Margareth Mead, diante da pergunta que lhe dirigiu, certa feita, Robert Woodworth — “Quando um indiano torna-se indiano?” —, comenta: “Para ser antropológicamente significativa, esta questão precisa tornar-se específica a um particular grupo indiano: Quando um *cheynne* torna-se um *cheynne*; um *zuni*, um *zuni*; um *navarro*, um *navarro*? Mas a questão de Woodworth levou-me a pensar, e a reconhecer que assim como um *zuni* de 40 anos é um *zuni*, de 40 anos, também uma criança *zuni* de uma hora (de nascida) é um *zuni*, de uma hora” (Mead, 1963. p.186).

No caso brasileiro, parece, cabe pergunta similar, porém a resposta dada pela antropóloga é apenas o primeiro passo. Poder-se-ia, pois, perguntar, parafraseando Woodworth: o que faz um brasileiro de cada uma dessas regiões, de cada um desses meios — Amazônia e demais regiões; sertão, litoral, vales, montanhas; vilas, cidades, metrópoles —, um brasilei-

1 A precoce introdução da criança no mundo institucional, com a generalização dos berçários, creches, pré-escolas e similares, obriga a se repensar as explicações teóricas acerca da socialização.

2 Que norteou, aliás, durante décadas, a análise da família brasileira. Em artigos anteriores discuti essa questão.

3 Na linha proposta por Stone, 1978.

ro como todos os demais, além de um típico cidadão de sua terra?

Quanto à resposta, embora apropriada estamos ainda longe de poder resumir-la, como o fez Mead, porque ela partia do profundo conhecimento das populações a que se referia, após sistemática e prolongada investigação de campo. Sabia o que era um indiano de 40 anos. Em nosso caso, nem isso sabemos ao certo. Apesar dos estudos já realizados nas diversas áreas sociais, há ainda muito por fazer, o que sabemos é por demais insuficiente para se ter um quadro um pouco mais geral. Só a pesquisa sistemática e contínua sobre cada população em particular poderá elucidar os múltiplos aspectos que caracterizam a sua vida cotidiana e as vicissitudes de sua luta pela sobrevivência, inclusive no que se refere ao processo no curso do qual um recém-nascido de apenas uma hora (de vida) se transforma em uma criança típica de seu meio, de sua classe e, progressivamente, acaba por se transformar em um membro social típico — também de seu meio, de sua classe. Em um brasileiro de 40 anos. Em outras palavras, o processo de socialização.

A despeito dessa enorme diversidade que nos caracteriza, estudos recentes sobre a vida familiar indicam — à semelhança do que vem sendo relatado por pesquisadores de outros países — a ampla predominância do modelo nuclear de ordenação doméstica. Não obstante, indicam, também, variabilidade quanto ao número de elementos e ao tipo de vínculo de parentesco no interior de cada núcleo: desde os pais e filhos, a mãe e filhos, pai e filhos, avós e netos, irmãos adultos e menores, tios e sobrinhos. Em camadas populares, por exemplo, no Brasil e demais países latino-americanos, os núcleos chefiados por mulheres parecem tornar-se cada vez mais freqüentes⁴. Os laços afetivos constituem a base de sustentação desses grupos que partilham a vida quotidiana e assumem, como tarefas primordiais, o cuidado dos menores, especialmente da criança e dos idosos. Sem dúvida, muito mais haveria a ser dito acerca da família, mas não vem ao caso no contexto deste trabalho. Passemos ao esclarecimento dos pressupostos teóricos acerca da socialização.

A **socialização** é aqui assumida nos termos em que a conceituam Berger e Lukmann (1976), isto é, enquanto processo de construção social do homem. Embora da perspectiva do sujeito que o vivencia esse processo seja único, onde quer que ele se realize — na família, na escola, no trabalho, na igreja, etc. —, ele é subdividido, teórica e conceitualmente, em dois momentos, a saber: **socialização primária** e **socialização secundária**.

A socialização primária consiste na transformação do homem (que ao nascer é apenas um organismo, é apenas biológico) em ser social típico: de um gênero, de uma classe, de um bairro, de uma região, de um país. A socialização secundária, derivada da divisão do trabalho e, portanto, da necessária e inevitável distribuição social do conhecimento, consiste

em todo processo subsequente de inserção do homem, já socializado, em novos setores institucionais.

Enquanto a socialização primária é, quase sempre, tarefa primordial da família, a socialização secundária é tarefa da escola e demais instituições relacionadas ao mundo do trabalho. Sem anular, claro, a importância das demais agências educativas. Ora, à medida que se pressupõe uma subsequente à outra, assume-se que a trajetória de vida e de trabalho de cada indivíduo depende, em grande parte, de suas experiências particulares no curso da primeira socialização, promovida no interior de um grupo doméstico. Daí deriva, pois, a importância dessa modalidade socializadora, quer na perspectiva individual, quer na perspectiva social.

Idéia crucial, do ponto de vista da análise psicológica. A necessidade de atuar no presente acabou favorecendo a primazia do **aqui** e **agora**. Contudo, cabe considerar, a maneira particular de cada sujeito viver o seu aqui e agora explica-se, por certo, em sua história pessoal e familiar de socialização. É falso conceber o passado como o determinante único e exclusivo do presente. Mas, sem dúvida, ele está lá na origem das coisas e dos acontecimentos humanos, iluminando-os. Ele é, sim, a base sobre a qual erigimos a nossa existência, a nossa biografia, a nossa identidade (Goffman, 1975).

Depreende-se, a partir do que foi exposto, que a análise da tarefa socializadora familiar tem por cerne, inevitavelmente, a questão da mediação. Porém, antes de enfrentá-la, faz-se necessário esclarecer uma afirmação que, embora colocada entre parênteses no início deste texto, acabou por atravessá-lo como se fosse uma verdade inquestionável: socialização, tarefa primordial da família.

Escritos sobre os tempos medievais acentuam a *casa* como espaço de convivência e, nessa medida, de socialização, para ambos os sexos. No que diz respeito ao menino, até mesmo após evadir-se daquele que seria, talvez, o único espaço diferenciado nessa época: o espaço feminino. E, sabemos, está longe a correspondência estrita entre *casa* e família àquela época. Nem por isso a família deixa de ter lá sua importância, até para a formação do cavaleiro: a *casa* do tio aparece, em certo sentido, como o espaço em que se dá continuidade ao processo socializador. Não se trata da família nos moldes em que a entendemos hoje, mas em um sentido mais amplo, da *linhagem* (Duby, 1990).

Porém, parece haver um período inicial em que esta é uma tarefa familiar, no sentido estrito do termo e, em especial, uma tarefa feminina. É o que nos revelam, por exemplo, Duby e Dominique Barthélemy,

4 De acordo com relatos durante a II Conferência Iberoamericana Sobre la Familia. Em relação ao Brasil, além das inúmeras evidências empíricas, já apontadas por diversos pesquisadores, há uma publicação recente do SEADE, a partir de pesquisa realizada na cidade de São Paulo, intitulada *Famílias chefiadas por mulheres*.

em análise sobre a aristocracia feudal francesa: "De fato, essa mulher forte, tal como na Escritura, permanece senhora de sua casa e da educação de seus filhos até que Guibert, o caçula, atinja a idade de doze anos mais ou menos" (Duby, 1990. p.156).

Ainda segundo Duby, na Itália pré-renascentista: "Antes das pestes, as casas parecem pulular de crianças" (p.173). A educação é, além de tarefa familiar, tarefa feminina, mas, como tudo o mais, subordinada à autoridade do *pater familia*.

A progressiva separação dos espaços público e privado, o chamado fechamento da casa, associado à formação da burguesia e da família burguesa, limitou a convivência quotidiana, cada vez mais, aos membros do núcleo doméstico que, por seu turno, tornava-se também mais restrito. E família e mulher tornam-se, progressivamente, responsáveis por socializar a criança de acordo com o padrão a que nos habituamos e que já nos parece quase natural, inclusive porque é legitimado pela ciência psicológica que desde então foi sendo constituída, consolidada e divulgada (Poster, 1979).

Depreende-se, do aqui exposto, a socialização como tarefa familiar, promovida pelo grupo doméstico. Embora aparentemente atravessasse os tempos históricos, está longe de possuir a mesma conotação que hoje lhe damos. É nesse quadro, em decorrência quer da ordem política e econômica quer da histórica subalternidade feminina, que a tarefa socializadora aparece associada à família, à figura feminina e, em especial, à figura materna.

No Brasil, de acordo com as análises clássicas de Gilberto Freyre e de Antonio Candido, a história evolutiva da família, da época colonial ao início deste século, revela a socialização enquanto tarefa familiar e, além do mais, feminina (Freyre, 1933 e Souza, 1982).

Quanto à família rural, a conhecida família caipira, ainda segundo Antonio Candido "a família é para todos a única instituição educativa" (Souza, 1982, p.249). Estudos mais recentes têm confirmado, sistematicamente, a veracidade dessa afirmação. A escola, apesar de sua crescente relevância social, nos últimos trinta anos, está longe de se impor, na prática, como agência educativa nesse meio (Gomes, 1987; Lopes, 1983).

Finalmente, a família atual brasileira deriva, na verdade, das transformações dos modelos anteriores, sob a ação, dentre vários outros fatores, da urbanização, das migrações externas e internas, da formação do proletariado, do desenvolvimento da mídia e das modernas condições femininas de vida e de trabalho. E, como já vimos inicialmente, a criança é o seu centro; socializá-la é sua tarefa básica (Campos e Gomes, 1992).

Escusado dizer, neste quadro, que ainda cabe à mulher — apesar de seu engajamento crescente no mercado de trabalho formal — a responsabilidade maior na ação socializadora. E, por isso mesmo, é necessário um cuidado especial ao se discutir essas

questões relacionadas à família e à socialização, pois o cunho ideológico parece atravessá-las, sempre, historicamente: "a necessidade de um cuidado inteligente e contínuo das crianças nos três primeiros anos de vida pode ser explorada ideologicamente (e o tem sido) para perpetuar a família como unidade total, à medida que suas outras funções vão visivelmente entrando em declínio. (...) A maior compreensão da importância crucial da socialização, em vez de levar a uma reafirmação do papel materno clássico, deveria promover uma reavaliação do papel materno e um exame do que é que faz de uma pessoa um bom agente de socialização, capaz de fornecer efetivamente à criança segurança e estabilidade (Mitchell, 1981. p.265).

E, penso, não tem sido outro o meu objetivo ao perscrutar as modalidades nunca assumidas pelo processo socializador na sociedade brasileira atual, sobretudo no que tange às camadas populares, ainda hoje as mais sujeitas à análise distorcida por estereótipos e preconceitos. Mesmo quando privilegio aparentemente, e só aparentemente, a mulher-mãe, o faço, apenas, porque ela ainda é a depositária das tradições e das informações sobre a criação dos filhos, que tem sido, até agora, tarefa sob sua responsabilidade.

Longe de pretender reforçar a condição feminina tradicional, ao debruçar-me sobre essas questões, meu empenho é, sempre, no sentido de melhor esclarecer *como* os grupos domésticos promovem a socialização primária, nesse nível de classe. Creio ser este o desafio. Nenhuma intenção reguladora ou moralizadora, nenhuma mistificação ideológica quer da família, quer da maternidade.

Todavia, há sempre o risco de viés. No que tange às camadas populares, dispensa-se o recurso a um discurso sofisticado. Há campanhas públicas, necessárias, cientificamente defensáveis, mas que podem se constituir em oportunidade de inculcação ideológica. A campanha sistemática para reforçar a prática do aleitamento materno é uma delas. Com certeza ela é importante pelas propriedades atribuídas ao leite materno e também pela pobreza e carência alimentar dessas populações. Não obstante, a campanha cria a possibilidade de veicular valores tradicionais⁵.

Quanto às demais práticas educativas em voga, é natural que as informações circulem entre as camadas sociais, mas elas sofrem, no curso do processo de apropriação, inevitáveis distorções e adaptações, a partir das condições concretas de existência. O pai, por exemplo, nessas camadas, costuma manter-se, ainda, bastante omissivo em relação à educação dos filhos, e resistente à modernização de sua própria conduta, pautando-a segundo um modelo mais tradicional. A mãe aparece como a figura central na vida cotidiana e no discurso acerca da família e da socia-

5 As camadas médias e altas também são alvo da inculcação, mas ela precisa ser meio encoberta e sofisticada. Exemplo disso parece ser o denominado "casal grávido", já analisado por Tania Salém (1985).

lização. Ao contrário do que foi se tornando habitual em certos setores médios, é ela, sozinha, quem recebe a orientação de médicos, enfermeiras, assistentes sociais (e da patroa, em se tratando de empregadas domésticas), veículos privilegiados da circulação de normas acerca dos cuidados maternos em voga. Em outras palavras, veículos da inculcação. E, mesmo sem o saber ou desejar, ela, a mãe, torna-se a presa fácil e preferencial do discurso, ideológico ou não, acerca da família e da socialização, com menos recursos para defender-se (no mínimo, porque tem escasso ou nenhum acesso à informação especializada). Porém, à semelhança das mães de camadas médias, ela experimenta também enormes contradições e conflitos, mas de natureza diversa. Seu problema crucial é a sobrevivência. De que maneira conciliá-lo com as exigências atuais da vida de mulher, de mãe e de trabalhadora? Que conseqüências tem tudo isso sobre a tarefa socializadora?

É demasiado o esforço imposto a homens e mulheres pela existência, no nível da estrita sobrevivência. Reconhecê-lo requer do pesquisador social sensibilidade e, mais que isso, desarmamento valorativo. Onde muitos vêm descaso e abandono, esconde-se uma luta incessante para manter unido, coeso, o grupo doméstico, a despeito da adversidade. Por piores que possam ser as condições materiais de vida, há, na maior parte desses grupos, uma decisão, uma vontade de estar junto, de manter os laços afetivos que ligam pais e filhos, irmãos, avós e netos, tios e sobrinhos, porque disso depende, inclusive, a possibilidade de resistência — da solidariedade entre familiares. E, claro, entre vizinhos e amigos próximos (Mello e Gomes, 1992).

Destarte, contrariando as costumeiras informações veiculadas pela mídia, e que além de corresponder ao imaginário popular acabam por reforçá-lo, é exatamente para os mais pobres que o grupo familiar, em especial o grupo doméstico, assume a maior relevância. A população sabe, tem a consciência. E o cientista social fica numa espécie de fio de navalha: de um lado o risco de cair no discurso ideológico e na valorização excessiva, idealização mesmo, da família e da mãe quando está em jogo a educação dos filhos; de outro lado, a constatação sistemática da importância delas, família e mãe, na vida quotidiana e na educação da prole, nesse nível de classe.

Retomemos, agora, uma idéia essencial deixada em suspenso páginas atrás. Refiro-me à questão da mediação, cerne da socialização primária nos termos aqui propostos.

Sem dúvida, supor que a tarefa de tornar o homem social cabe, de maneira geral, à família, é assumi-la como mediadora primordial. Em que isto consiste? A família transmite às novas gerações, especialmente à criança, desde o nascimento, padrões de comportamento, hábitos, usos, costumes, valores, atitudes, um padrão de linguagem. Enfim, maneiras de pensar, de se expressar, de sentir, de agir e de reagir que lhe são próprios, naturais. Não bastasse tudo isso, ela ainda promove a construção das bases da

subjetividade, da personalidade e da identidade. Deriva disso a enorme importância da família tendo em vista a vida futura de cada criança: ela, a família, constrói os alicerces do adulto futuro.

Discutir essas questões evoca-me, sempre, uma das idéias que alicerçam a Psicanálise: *a criança é psicologicamente o pai do adulto* (Freud, 1975. p.215). Penso que seja emblemática, à medida que o adulto resulta de sua biografia, de sua história de vida, é fruto das experiências acumuladas desde o nascimento. Nesses termos, ele é filho da criança que ele mesmo foi. Esta é, penso, uma bela imagem. Porém, ao aceitá-la sou também obrigada a reconhecer a enormidade da tarefa socialmente atribuída à família, sobretudo às mais pobres.

Admitir como premissas tudo o que até aqui foi dito implica admitir que o tornar-se social está longe de ser uma abstração, de ser algo genérico. É uma criança concreta, nascida em um grupo social, constituído por pessoas concretas, que será socializada. E socializá-la é uma tarefa bastante trabalhosa, árdua mesmo. Por seu turno, a aprendizagem social requerida da criança, embora progressiva e constante, também tem lá suas dificuldades.

Faço minhas as palavras de Caparrós (1977. p.39), quando diz que a criança nem aprende por acaso nem de forma prazerosa e livre. Ao contrário, quase tudo está previsto e disposto pela sociedade, a cada nova geração. Nem por isso a tarefa é fácil: a criança reage, e não se submete com docilidade à socialização. Tornando, assim, ainda mais árdua essa tarefa em si mesma já tão complicada. Sobretudo porque nem os pais nem quaisquer outras pessoas recebem preparo prévio. A tarefa socializadora assenta-se, de maneira geral, na experiência particular de socialização, na infância, na família de origem, aliada à própria vivência posterior de cada um deles. Todavia, dificuldades e/ou facilidades dependem, não tenho dúvida, das condições sócio-culturais-econômicas dos grupos domésticos específicos. Não são igualmente distribuídas em uma sociedade desigual (Lorenzer, 1976).

Não bastasse isso, é importante, ainda, considerar: embora a aprendizagem social seja objetiva, ela ocorre em um clima emocional, o que torna ainda mais intersubjetiva a relação que se estabelece entre a criança e os outros que a cercam — os *outros significativos*, no dizer de Berger e Luckmann (1976), à medida que os laços que unem criança e adulto (familiares) são emocionais, afetivos.

Porém, são laços essenciais, facilitadores da aprendizagem. De difíceis aprendizagens, já o vimos, promovidas nos primeiros meses e anos de vida, tais como: autonomia alimentar, intervalo e conteúdo da alimentação; locomoção, abrangendo do engatinhar ao andar; controle de esfíncteres e atitudes a eles relacionadas (também conhecido por treino de toalete); e, uma das mais fundamentais, a linguagem. São todas aprendizagens difíceis, complexas mesmo, mas quase sempre promovidas e realizadas com eficiência

e naturalidade pela família, em todos os meios e segmentos sociais.

Voltando à nossa questão, é importante lembrar, ainda, que essa aprendizagem social no âmbito da socialização primária apresenta um curso, uma trajetória que vai do conhecimento progressivo da realidade imediata, ao conhecimento da sociedade mais ampla. Em outras palavras, vai do conhecimento e domínio do próprio corpo, ao reconhecimento dos outros de seu entorno, até ingressar, também de maneira progressiva, na comunidade externa de outros genéricos, na sociedade mais ampla (Berger e Luckmann, 1976).

Mas se, como acabo de dizer, a família faz tudo isso com naturalidade, onde reside o caráter problemático quer da socialização quer da mediação parental? Alguns dos aspectos que, segundo penso, são elucidativos, em camadas populares, analisarei a seguir.

SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA: A MEDIAÇÃO NO NÍVEL DA POBREZA

Os pais, mediadores, enquanto *outros significativos*, representam a sociedade, mas não uma sociedade genérica. Representam-na de acordo com o seu pertencimento particular, ou seja, de acordo com a inserção de cada um deles, e deles em conjunto, como casal, na sociedade de classes. Dito de outro modo, eles representam a classe social a que pertencem, numa estrutura social objetiva. E o seu pertencimento a essa classe deriva da inserção particular deles no mundo do trabalho. Nessa medida, a sociedade por eles mediada, ou por quaisquer *outros significativos*, não é bem a sociedade no sentido amplo. Ao contrário, ela corresponde à classe ou estrato de classe a que eles pertencem. Em cada um dos exemplos anteriores, é evidente que comer, andar, controlar esfíncteres, falar e tudo o mais, em si, envolve musculaturas específicas e satisfaz necessidades básicas da criança que são iguais, sem distinção de classe. No entanto, são bastante distintos os comportamentos e, sobretudo, as atitudes envolvidas. Assim, mesmo quando os pais visam à integração, à adaptação, ao ajustamento dos filhos à sociedade ampla, fazem-no na perspectiva da classe a que pertencem. Portanto, tornar a criança um ser social é torná-la um membro típico de uma classe específica, em uma estrutura social objetiva e ampla, mas antes de tudo, de classes. Esse é o objetivo primeiro de um grupo doméstico, ao socializar a criança e até o adolescente.

Certa feita, entrevistando uma das avós participantes de minha pesquisa de campo acerca da socialização primária, ouvi uma descrição de procedimento para controle de esfíncteres capaz de provocar inveja em qualquer analista de comportamento. Ao educar os filhos, em sítios no interior de Minas Gerais, sem instalações sanitárias nem peniquinhos de plástico, ela simplesmente os treinava em suas próprias pernas, simulando esforço. Perfeita cadeia comporta-

mental: iniciava nas pernas e continuava, em passos sucessivos, delas ao chão, às proximidades da casa, até afastar-se, progressivamente, em direção aos locais considerados adequados, distantes da casa.

Diante de recursos escassos, a mãe recorre ao próprio corpo, tornando-o instrumento de aprendizagem. Procedimento perfeito, tendo em vista as condições concretas de vida no meio rural naqueles tempos. Era vasto o arsenal de procedimentos necessários ao bom desempenho da ação educativa. Mas, com certeza, eles só se mostraram adequados àquela época e enquanto as famílias permaneceram no campo. Posteriormente entraram em desuso, perderam-se nas sucessivas gerações habitantes da cidade.

Esse exemplo nos remete a uma outra velha idéia que não costuma ser levada às últimas conseqüências. É incômoda, socialmente. Refiro-me à distribuição social do conhecimento, no interior de uma mesma classe. A parcela do acervo de conhecimento social a que ela, criança, tem acesso no curso da socialização primária depende da parcela dominada pelos pais, do *capital cultural*, na linguagem de Bourdieu e Passerón (1970), dominado por um determinado grupo familiar. É esse, ou melhor, parte desse capital que será transmitido à criança a partir, inclusive, de seu pertencimento a um gênero.

São evidentes as conseqüências diretas e inevitáveis sobre as trajetórias escolar e profissional de cada indivíduo. Dito de outro jeito, este é um dos elementos básicos sobre o qual se assenta a construção social do **destino escolar e ocupacional** de cada indivíduo, ou seja, a construção social das desigualdades, cuja face perversa manifesta-se na história de repetência, de fracasso escolar e no futuro de subemprego e de desemprego cíclicos, tão generalizados em camadas populares.

Há, ainda, outro aspecto a considerar: nem tudo que é conhecido, que é dominado pelos pais é por eles transmitido aos filhos — porque eles filtram, de maneira intencional ou não, o que transmitem aos filhos. E a criança também não aprende tudo o que lhe é transmitido ou, se aprende, nem sempre incorpora como seu, nem sempre aceita para si mesma. Nessa medida, parece bastante limitada a aprendizagem por ela realizada, ou, em outras palavras, o capital cultural efetivamente herdado.

Também nesse caso as conseqüências parecem ser mais graves para a criança oriunda de estratos populares. A criança de setores médios tem, desde a mais tenra infância, acesso a bens culturais que atuam de maneira complementar à ação educativa familiar, preparando-a de acordo com os padrões dominantes, inclusive, para a futura inserção no mercado de trabalho. Enquanto isso, a criança oriunda de setores populares tem acesso a bens culturais de qualidade discutível, insatisfatórios — veja-se, por exemplo, a escola que lhe é destinada —, incapazes de prepará-la para uma inserção ocupacional e social em níveis mais compatíveis com o padrão socialmente aceitável e valorizado.

Destarte, a classe não explica, não dá conta da questão socializadora e mediadora. Explicá-la apenas nesses termos seria reduzi-la, empobrecê-la. Aliás, em "Questão de método", Sartre (1960) já chamava a atenção para tal reducionismo. De maneira magistral propunha a análise em termos de **mediação familiar**, aqui assumida. Porque, dizia, é a família quem estabelece a relação entre o indivíduo e a classe, entre o particular e o universal.

Na verdade, o que está em jogo, além da classe, é a história familiar, pessoal e ocupacional dos pais; a maneira como cada um deles assume a sua condição de vida, inclusive a situação de classe; como se relaciona com a cultura em geral e com os diversos bens culturais, enfim, a maneira de cada um deles **estar** no mundo. A composição e a dinâmica do grupo doméstico, a relação dos pais entre si, de cada um deles com cada um dos filhos e destes entre si — tudo isso dá, no dizer sartriano, a coloração particular quer da ação mediadora dos pais, quer da experiência particular de socialização da criança. E, é claro, só assim é possível explicar a maneira particular de cada indivíduo integrar-se em sua própria classe e, por intermédio dela, na sociedade.

Em sociedades que se tornam, como a nossa, a cada dia mais desiguais, injustas e violentas, compreender isso é, talvez, a possibilidade de começarmos a equacionar a questão. A família é o eixo e a criança e o menor vivem as conseqüências do des-caso a que ela, a família, foi relegada⁶.

Finalmente, há ainda um aspecto da maior relevância para a abordagem psicológica da socialização, sobretudo quando procuramos compreender as camadas populares. A aprendizagem com base em vínculos emocionais, afetivos, predominante na socialização primária, permite à criança, pois, **viver emocionalmente as relações humanas, antes de experimentá-las por si mesma**. Ou seja, quer as relações de classe, quer quaisquer outras relações derivadas do desempenho de papéis complementares, todas elas são sentidas e vividas intensamente, antes de a criança chegar à idade de experimentá-las. Isso é sério, porque significa que as aprendizagens, as interiorizações futuras não decorrerão, apenas, de sua experiência pessoal particular, mas serão profundamente contaminadas por suas vivências particulares no interior do grupo doméstico (Caparrós, 1977).

Essa é uma idéia essencial. Por exemplo, a gênese da revolta ou da resignação remete-nos, com certeza, às experiências emocionais vividas na infância, com primazia das vividas no interior do grupo doméstico. A atitude dos pais no mundo, de submissão, de resignação, de conformismo, de rebeldia, de revolta, desenvolve na criança uma percepção peculiar, e eu diria até familiar, da realidade circundante. E não estou supondo uma relação linear, direta, entre atitudes dos pais e dos filhos. Seria, mais do que ingenuidade ou desinformação, má-fé. Ao contrário, penso que talvez resida nisso a explicação para os baixos níveis de violência urbana, associada, de fato, à po-

breza. Mais do que a repressão policial, só a interiorização da submissão e do conformismo desde a primeira infância é capaz de explicar a atual contenção das camadas populares, quando a vida vai se tornando cada vez mais severina⁷.

Não obstante, é importante lembrar que a socialização secundária se desenrola pela maior parte da vida do indivíduo. Ela é o presente. Por mais que o conteúdo interiorizado na socialização primária, sob os olhos protetores da família, seja importante — inclusive porque alicerça a construção da personalidade e da identidade e, nessa medida, se constitui em poderoso **filtro** das vivências pessoais posteriores —, a criança escapa ao grupo doméstico, amplia seu raio de ação, de experiências pessoais no mundo social. Desenvolve suas próprias percepções, emoções e maneiras de reagir. E tudo isso é preocupante, quando se faz tão excessivo o contraste entre a sua vida e a sofisticada abundância a seu redor. Se, nos níveis superiores da pobreza, observa-se a incorporação de padrões médios de vida e de consumo e a luta por consegui-los, respeitadas as regras do jogo social, é possível que em níveis de maior penúria a trajetória mais comum vá se fazendo outra⁸.

Na verdade, embora seja ainda inegável a importância da família como grupo socializador, outras agências sociais e até mesmo alguns espaços competem com ela, diuturnamente, e vão se tornando demasiado fortes na sociedade atual. Uns positivos e até desejáveis, outros no mínimo discutíveis. As creches, pré-escolas e muitas outras instituições voltadas ao atendimento de crianças de maneira geral são positivas, mas sempre passíveis de crítica. Apesar dos conflitos, promovem também a socialização primária, de maneira auxiliar e complementar à família. No outro extremo, temos a rua, para muitos o espaço de sua experiência particular de socialização, por isso mesmo o mais discutível.

Estes são apenas alguns dos problemas relacionados à atual ação socializadora familiar. São desafios postos por uma realidade concretamente perversa. Cabe enfrentá-los. Quando autoridades públicas se atrevem a pôr em discussão o direito dos pais à guarda de filhos menores, em nome da precariedade da vida material, mais do que nunca é nossa tarefa combater a visão estereotipada e preconceituosa mediante a divulgação do conhecimento acumulado nas diversas áreas de conhecimento.

Nesse sentido, sem cair na idealização da família e muito menos do pobre, é importante elucidar, mais

6 A família permanece eixo, penso, até mesmo com o ingresso precoce da criança no mundo institucional. No mínimo ela determina as condições em que se realiza esse ingresso. Porém, esse é tema para outra discussão.

7 Apesar de minhas reservas em relação ao autor, considero leitura básica acerca do assunto: Fromm, 1976.

8 Bastante elucidativa é uma pesquisa realizada com população de uma favela de Belo Horizonte. Veja-se resumo publicado: Gouveia, 1993.

do que a maneira como é promovida a socialização nesse nível de classe, os problemas a ela relacionados. É direito da família, insisto, educar a prole. Contudo, é importante considerar: "...a socialização não pode simplesmente ser elevada à condição de nova vocação materna da mulher. A socialização, vista misticamente, torna-se um instrumento de opressão" (Mitchell, 1981. p.265). Eu acrescentaria: nem vocação da mulher nem tampouco *obrigação exclusiva da família*, no caso das camadas populares, que já vivem o seu quinhão diário de pobreza e de opressão.

Descobrir a maneira de ajudar essas famílias em seu esforço desesperado para garantir a sobrevivência e, em especial, a educação dos filhos no nível da pobreza é tarefa de todos nós. Quando tanto se fala em políticas públicas, faz-se necessário lembrar: ne-

nhuma política pública pode ser pensada sem um maior conhecimento da situação concreta das populações destinatárias.

A começar pela educação escolar, principal modalidade de socialização secundária. Respeitada a ruptura inevitável requerida pela própria natureza do conhecimento a ser distribuído, ela precisa ser repensada como continuidade à educação familiar, que a antecede e fundamenta. Sem isso não há como melhorar a escolarização e, portanto, superar a condição de pobreza. As famílias pobres não podem arcar por mais tempo, sós e desamparadas, com a responsabilidade da construção do futuro de seus filhos e, nessa medida, do maior contingente das novas gerações brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomaz. *A Construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Claude. *La Reproduction*. Paris: Minuit, 1970.
- BOURDIEU, Pierre. A Excelência e os valores do sistema de ensino francês. In: MICELI, S. (org.). *A Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CAMPOS, Maria M. M., GOMES, Jerusa V. Brazilian Children: images, conceptions, projects. Texto apresentado durante Conferência Internacional IMAGES OF CHILDHOOD, Suécia, 1992 (ainda não publicado).
- CAPARRÓS, Nicolás. *Crisis de la familia*. Madrid: Fundamentos, 1977.
- DUBY, Georges (org.). *História da vida privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. v.2.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- FREUD, Sigmund. *Esboço de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1975. v.XXIII.
- FROMM, Erich. Autoridade e super-ego: o papel da família. In: CANEVACCI, M. *Dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- GOFFMAN, Ervin. *Estigma: notas sobre a identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GOMES, Jerusa V. *Socialização: um estudo com famílias de migrantes, em bairro periférico de São Paulo*. São Paulo, 1987. Tese (dout.) Instituto de Psicologia/USP
- _____. Família popular: mito ou estigma? *Travessia*, Centro de Estudos Migratórios, n.9, jan./abr. 1991.
- GOUVEIA, M. C. S. A Criança de favela em seu mundo de cultura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.86, 1993.
- LOPES, R. M. Socialização e organização familiar rural. *Cadernos SEDES*, Campinas, n.11, p.42-9, nov. 1983.
- LORENZER, Alfred. *Bases para una teoría de la socialización*. Buenos Aires: Amorrortu, 1976.
- MEAD, Margareth. Socialization and enculturation. *Current Anthropology*, n.2, p.184-7, 1963.
- MELLO, Sylvia Leser, GOMES, Jerusa Vieira. Família, mulher e criança em São Paulo: história da vida familiar em camada popular urbana, hoje. CONGRESSO INTERNACIONAL AMÉRICA 92: Raízes e Trajetórias. *Anais*. São Paulo, 1992 (texto no prelo, como cap. de livro)
- MITCHELL, Juliet. Modelos familiares. In: CANEVACCI, M. *Dialética da Família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- POSTER, Mark. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SALÉM, Tania. A Trajetória do "casal grávido": de sua constituição à revisão do projeto. In: FIGUEIRA, S. *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SARTRE, J.P. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960. Questions de méthode.
- SOUZA, Antonio Candido Mello e. The Brazilian Family. In: SMITH, L., MARCHANT, A. (eds.). *Brazil. Portrait of a Half Continent*. New York: Dryden Press, 1951.
- _____. (org.). *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- STONE, Lawrence. *The Family, sex and marriage in England. 1500-1800*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1976.
-